

Demonstrações Financeiras

CIMS S.A.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
com Relatório do Auditor Independente

CIMS S.A.

Demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanços patrimoniais	5
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações do resultado abrangente.....	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações do fluxo de caixa	10
Demonstrações do valor adicionado	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da

CIMS S.A.

Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da CIMS S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CIMS S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Ativo financeiro ao valor justo por meio do resultado

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 4, em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possui certificados de depósitos bancários no montante de R\$155.457 mil, o que representa 93,58% do total do seu ativo. Esses certificados de depósitos bancários são precificados e registrados ao seu valor justo por meio do resultado. Devido sua representatividade no total do patrimônio líquido da Companhia, consideramos a contabilização dos ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado como o principal assunto de auditoria.

Nossos procedimentos incluíram, entre outros, a avaliação da precificação com base nas condições contratuais e premissas consideradas pela Administração na mensuração do valor justo desses ativos, bem como a verificação da existência desses ativos por meio de confirmação independente junto à instituição financeira emissora do título e também junto ao órgão custodiante.

Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações da Companhia sobre o assunto, incluídas nas notas 3 (d) e 4.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 20 de fevereiro de 2017.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP 015.199/F-6



Fernando Alberto S. Magalhães
Contador CRC-1SP133169/O-0

CIMS S.A.

Balanços patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em reais)

	2016	2015
Total do ativo	166.121	7.664
Ativo circulante	158.322	236
Caixa e equivalentes de caixa	2.325	54
Aplicações financeiras (Nota 4)	155.457	182
Adiantamento a fornecedores	540	-
Ativo não circulante	7.799	7.428
Impostos a recuperar (Nota 5)	7.799	7.428

CIMS S.A.

Balanços patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em reais)

	2016	2015
Total do passivo e patrimônio líquido	166.121	7.664
Passivo circulante	30.402	260
Impostos e contribuições a recolher	402	260
Provisão para contingência	30.000	-
Patrimônio líquido (Nota 7)	135.719	7.404
Capital social	1.378.856	1.078.856
Prejuízos acumulados	(1.243.137)	(1.071.452)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CIMS S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em reais)

	2016	2015
Despesas gerais e administrativas (Nota 9)	(182.148)	(148.066)
Resultado operacional antes do resultado financeiro	(182.148)	(148.066)
Resultado financeiro (Nota 8)	10.463	5.502
Receitas financeiras	10.979	5.886
Despesas financeiras	(516)	(384)
Prejuízo do exercício	(171.685)	(142.564)
Prejuízo básico por ação (Nota 7)	(0,05)	(0,40)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CIMS S.A.

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em reais)

	2016	2015
Prejuízo do exercício	(171.685)	(142.564)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	<u>(171.685)</u>	<u>(142.564)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CIMS S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em reais)

	Capital social integralizado	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2014	1.078.856	(928.888)	149.968
Prejuízo do exercício	-	(142.564)	(142.564)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	1.078.856	(1.071.452)	7.404
Aumentos de capital (Nota 7)	300.000	-	300.000
Prejuízo do exercício	-	(171.685)	(171.685)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	1.378.856	(1.243.137)	135.719

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CIMS S.A.

Demonstrações do fluxo de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em reais)

	2016	2015
Caixa líquido atividades operacionais	(297.729)	(957)
Caixa gerado nas operações	(171.685)	(142.564)
Prejuízo do exercício	(171.685)	(142.564)
Ajustes	30.000	-
Provisão para contingência	30.000	-
Variações nos ativos e passivos	(156.044)	141.593
Impostos a recuperar	(371)	(1.807)
Impostos e contribuições a recolher	142	215
Investimentos	(155.275)	143.185
Outros	(540)	14
Caixa líquido atividades de financiamento	300.000	-
Aumento de capital	300.000	-
Aumento (redução) de caixa e equivalentes	2.271	(957)
Saldo inicial de caixa e equivalentes	54	1.011
Saldo final de caixa e equivalentes	2.325	54

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CIMS S.A.

Demonstrações do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em reais)

	2016	2015
Insumos adquiridos de terceiros	(164.323)	(139.990)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(164.323)	(139.990)
Valor adicionado bruto	(164.323)	(139.990)
Valor adicionado líquido produzido	(164.323)	(139.990)
Valor adicionado recebido em transferência	10.463	5.502
Receitas financeiras	10.463	5.502
Valor adicionado total a distribuir	(153.860)	(134.488)
Distribuição do valor adicionado	(153.860)	(134.488)
Impostos, taxas e contribuições	17.825	8.076
Remuneração de capitais próprios	(171.685)	(142.564)
Prejuízo do exercício	(171.685)	(142.564)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CIMS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em reais)

1. Contexto operacional

A CIMS S.A. ("Companhia") tem por objeto social a participação, sob qualquer forma, no capital de outras sociedades, como sócia quotista ou acionista, quaisquer que sejam seus objetos sociais.

Em 14 de março de 1995 a Companhia foi devidamente registrada na Comissão de Valores Mobiliários sob o nº 14.818 na modalidade de Companhia Aberta.

A Companhia está em fase pré-operacional e apresenta prejuízo recorrente nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2016 e caso seja necessário obterá aportes de capital de seus acionistas para honrar seus compromissos de curto prazo. A Companhia está avaliando oportunidades de futuras aquisições e não tem nenhuma operação com previsão de ser finalizada até a data de emissão deste relatório.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A elaboração das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas incluem a avaliação dos ativos financeiros a valor justo.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas informações trimestrais devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa.

A Companhia revisa suas estimativas e premissas, pelo menos anualmente. Não houve alterações nas premissas e políticas contábeis em relação às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

A emissão das demonstrações financeiras foi aprovada pela Administração em 20 de fevereiro de 2017.

CIMS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em reais)

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa e depósitos bancários, com risco irrelevante de mudança de seu valor de mercado.

c) Passivos circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos e calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos.

d) Ativos e passivos financeiros

Os ativos financeiros são classificados a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda ou derivativos classificados como instrumentos de *hedge* eficazes, conforme a situação. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

As aplicações financeiras são avaliadas e classificadas da seguinte forma:

- Para negociação - são adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados e são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do exercício.
- Disponíveis para venda - são aqueles que não se enquadram como para negociação ou como mantidos até o vencimento e são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários. São utilizados, dentre outros fins, para reserva de liquidez, garantias e proteção contra riscos. Os rendimentos são auferidos segundo as taxas de aquisição, bem como as possíveis perdas permanentes são reconhecidos no resultado;
- Mantidos até o vencimento - são aqueles para os quais há a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício.

CIMS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em reais)

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

d) Ativos e passivos financeiros--Continuação

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos, ou como derivativos classificados como instrumentos de hedge, conforme o caso. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

e) Imposto de renda e contribuição social

São calculados e registrados com base nas alíquotas e critérios fiscais vigentes na data de elaboração das demonstrações financeiras. A Companhia adota o regime de apuração pelo lucro real, onde o imposto de renda é calculado com base na alíquota de 15%, acrescido de adicional de 10%, sobre a parcela do lucro que exceder a R\$240 mil ano ou R\$20 mil mês. A contribuição social sobre o lucro líquido é calculada com base na alíquota de 9%.

A Companhia, não apurou lucro tributável e, consequentemente, não obteve base de cálculo positiva para imposto de renda e contribuição social. Também não reconhece contabilmente os ativos fiscais diferidos de imposto de renda e contribuição social relativos aos prejuízos fiscais, pois a mesma está em fase pré-operacional e não tem expectativa de lucros nos próximos anos.

f) Impostos a recuperar

São demonstrados pelos valores originais efetivamente recuperáveis no curso normal das operações, atualizados monetariamente de acordo com as regras legais, e representam créditos fiscais associados às retenções de tributos federais.

g) Prejuízo básico e diluído por ação

A Companhia efetua os cálculos do prejuízo por ação utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41. Não há efeitos dilutivos a serem considerados em 31 de dezembro de 2015 e 2016.

CIMS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em reais)

3. Resumo das principais práticas contábeis—Continuação

h) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes:

(i) *Ativos contingentes*

São reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são divulgados em nota explicativa.

(ii) *Passivos contingentes*

São provisionados quando as perdas forem avaliadas, pelos consultores jurídicos da Companhia, como prováveis e os montantes envolvidos possam ser mensuráveis com segurança. Os passivos contingentes avaliados como perdas possíveis são apenas divulgadas em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como perdas remotas não são provisionados e nem divulgados.

A Companhia não possui contingências em 31 de dezembro de 2015 e 2016.

(iii) *Obrigações legais*

São registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de perda.

i) Hierarquia de valor justo

A Companhia aplica a hierarquia do valor justo introduzida pelo CPC 40 Instrumentos Financeiros: Evidenciação para todos os itens mensurados ao valor justo. A hierarquia concede prioridade máxima aos inputs do Nível 1 e prioridade mínima aos inputs do Nível 3. As premissas de cada nível seguem abaixo:

Nível 1: são preços cotados, não ajustados, em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos, que a entidade pode acessar na data de mensuração.

Nível 2: são aqueles que não são preços cotados incluídos no Nível 1 e que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente.

Nível 3: são inputs baseados em dados não-observáveis.

A mensuração do valor justo é classificada integralmente no mesmo nível da hierarquia do valor justo no nível mais baixo do input que é significativo para a mensuração como um todo.

CIMS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em reais)

4. Aplicações financeiras

As aplicações financeiras são constituídas por certificados de depósitos bancários classificados na categoria de "Títulos para negociação". A composição da carteira está representada por:

Certificado de depósito bancário

Data	Contraparte	CDI	Data de vencimento	Valor de custo	Valor atual	Nível
31/12/2016	Banco Bradesco	90%	06/03/2017	149.849	155.457	1
31/12/2015	Banco Bradesco	70%	07/03/2016	180	182	1

5. Impostos a recuperar

Representado por imposto de renda retido na fonte nos resgates de aplicações financeiras ocorridos entre 2011 e 2015. Para todos os créditos foram transmitidos pedidos de restituição e estão registrados ao valor provável de recuperação.

6. Transações com partes relacionadas

A Companhia não efetuou qualquer remuneração a diretores, administradores ou a pessoas-chave da Administração, ou realizou qualquer outra operação com parte relacionada durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

7. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2016 o capital social está representado por 11.095.058 ações, sendo 3.698.406 ordinárias e 7.396.652 preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal.

Em Assembleia Geral Extraordinária, ocorrida em 22 de janeiro de 2016, foi deliberado o aumento de capital social no montante de R\$100.000, mediante a emissão de 33.335 novas ações ordinárias e de 66.665 novas ações preferencias, todas representativas do capital social da Companhia, nominativas e sem valor nominal, ao preço unitário de R\$1,00 por ação.

CIMS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em reais)

7. Patrimônio líquido--Continuação

a) Capital social--Continuação

Em Assembleia Geral Extraordinária, ocorrida em 30 de agosto de 2016, foi deliberado o aumento de capital social no montante de R\$200.000, mediante a emissão de 3.309.605 novas ações ordinárias e de 6.619.210 novas ações preferencias, todas representativas do capital social da Companhia, nominativas e sem valor nominal, ao preço unitário de R\$0,02 por ação.

b) Dividendos

Aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação em vigor. Tendo em vista os prejuízos apurados, não foram deliberadas distribuições de dividendos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2016.

c) Resultado por ação

O cálculo do resultado básico por ação é feito através da divisão do lucro (prejuízo) líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

O resultado por ação é calculado através da divisão do resultado atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora (após o ajuste referente aos juros sobre as ações preferenciais conversíveis e sobre títulos conversíveis, em ambos os casos líquido de impostos) pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o trimestre, conforme quadro abaixo:

	31/12/2016	31/12/2015
ON	3.698.406	355.466
PN	7.396.652	710.777
Quantidade de ações	11.095.058	1.066.243

Memória de cálculo do resultado por ação:

Exercício findo em	Prejuízo do exercício findo em 31/12/2016	Média ponderada de ações ordinárias	Prejuízo por ação
31/12/2016	(171.685)	1.502.175	(0,11)

CIMS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em reais)

7. Patrimônio líquido--Continuação

c) Resultado por ação--Continuação

Exercício findo em	Prejuízo do exercício findo em 31/12/2015	Média ponderada de ações ordinárias	Prejuízo por ação
31/12/2015	(142.564)	355.466	(0,40)

8. Resultado financeiro

	31/12/2016	31/12/2015
Rendas com títulos e valores mobiliários	10.979	5.886
Despesas bancárias	(516)	(384)
	10.463	5.502

9. Despesas gerais e administrativas

	31/12/2016	31/12/2015
Serviços de publicação	(16.845)	(20.773)
Serviços de contabilidade	(53.336)	(59.383)
Outros serviços prestados	(27.705)	(22.372)
Emolumentos judiciais e cartorários	(1.383)	(1.761)
Anuidade BM&FBovespa	(35.054)	(35.000)
Taxa de fiscalização CVM	(17.292)	(7.978)
IOF	(22)	(21)
Impostos e taxas diversos	(511)	(77)
Despesas com contingências	(30.000)	-
Outros	-	(701)
	(182.148)	(148.066)

CIMS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em reais)

10. Instrumentos financeiros

a) Classificação e valorização dos instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros não derivativos. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

Os instrumentos financeiros estão reconhecidos pelo seu valor contábil e se aproximam dos valores de mercado. Entretanto, por não possuírem um mercado ativo podem ocorrer variações significativas caso a Companhia necessite antecipar as suas liquidações.

b) Derivativos

A Companhia não realizou aplicações de caráter especulativo com derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2016.

11. Estrutura de gerenciamento de riscos

Risco de mercado

O risco de mercado está ligado à possibilidade de perda por oscilação de preços e taxas em função dos descasamentos de prazos, moedas e indexadores das carteiras ativa e passiva da Companhia. As operações da Companhia estão classificadas na carteira de negociação.

Além disso, sua carteira não detém operações sujeitas às exposições ao risco em ouro, moedas estrangeiras e preço de mercadorias (commodities). Portanto, o risco de mercado está representado pelos riscos das taxas de juros das operações classificadas na carteira de negociação.

Risco operacional

Risco de perda resultante de falha ou inadequação de processos internos, sistemas, comportamento humano, ou ainda, proveniente de eventos externos, que podem ocorrer em qualquer etapa de um processo operacional de uma instituição financeira. A estrutura de gerenciamento do risco operacional vem sendo implementada por meio de várias ações. A primeira está sendo a instituição da Política de Normas. Os Manuais de Normas e Procedimentos têm sido divulgados paulatinamente, na medida em que os processos são concluídos.

CIMS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em reais)

11. Estrutura de gerenciamento de riscos--Continuação

Risco de liquidez

É o risco da Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela administração.

Risco de crédito

Consiste no risco dos emissores dos ativos financeiros que integram a carteira da Companhia não cumprirem com suas obrigações de pagar pontual e integralmente. Alterações nas condições financeiras dos emissores dos ativos financeiros e/ou na percepção que os investidores têm sobre tais condições, bem como alterações nas condições econômicas e políticas que possam comprometer a sua capacidade de pagamento, podem acarretar oscilações no preço de negociação e liquidez dos ativos financeiros que compõem a carteira da Companhia. A exposição máxima ao risco de crédito é representada pelos valores dos ativos financeiros reconhecidos no balanço patrimonial.

13. Contingências

Em 11 de novembro de 2016, a Companhia recebeu ofício da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, com aplicação de multa cominatória no valor de R\$ 30 mil, pelo atraso no envio do edital de convocação para Assembleia Geral Ordinária em até 15 (quinze) dias antes da data marcada para a realização da mesma. A Companhia apresentou recurso em 1º de dezembro de 2016, solicitando o cancelamento da multa, sendo o recurso negado pela CVM em 31 de janeiro de 2017. Diante disso, a Companhia contabilizou o provisionamento da multa no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e efetuou pagamento em questão, acrescida de juros no valor de R\$ 33 mil em 02 de fevereiro de 2017.